



17/09/2019

Número: **0802812-15.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **31/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA (AUTOR)	KAMILA JOYCE SILVA DE MORAIS (ADVOGADO) FRANCISCO EVANGELISTA NOBRE DA SILVA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24486 874	17/09/2019 11:10	Contestação	Contestação
24486 883	17/09/2019 11:10	2641555_CONTESTACAO (1)	Outros Documentos
24486 884	17/09/2019 11:10	2641555_PROC ADM	Outros Documentos
24486 886	17/09/2019 11:10	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Outros Documentos
24486 888	17/09/2019 11:10	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOUSA/PB

Processo: 08028121520188150371

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **25/02/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **09/03/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.



DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

² RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SOUSA, 12 de setembro de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**, em curso perante a **7ª VARA CÍVEL** da comarca de **SOUSA**, nos autos do Processo nº 08028121520188150371.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rio de Janeiro, 02 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Nº Sinistro: **3180143289**

Vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Data do Acidente: **25/02/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180143289**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00113/00114 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12593917



Rio de Janeiro, 02 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Nº Sinistro: **3180143289**

Vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Data do Acidente: **25/02/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180143289**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12593992

Pag. 00497/00498 - carta_01 - INVALIDEZ

00020249



Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Sinistro: **3180143289**
Vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**
Data do Acidente: **25/02/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA**

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180143289** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00779/00780 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 12647110



Rio de Janeiro, 17 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA

Nº Sinistro: 3180143289
Vítima: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA
Data do Acidente: 25/02/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180143289**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **25/02/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01157/01158 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 12824568



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Nº Sinistro: **3180275600**

Vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Data do Acidente: **25/02/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180275600**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12969882

Pag. 00517/00518 - carta_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**
Nº Sinistro: **3180275600**
Vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**
Data do Acidente: **25/02/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180275600**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página
- Comprovante de residência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00719/00720 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12972920



Rio de Janeiro, 12 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**

Nº Sinistro: **3180275600**
Vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA**
Data do Acidente: **25/02/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180275600**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **25/02/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00905/00906 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13086996





AUTO-ATENDIMENTO - AG.SOUSA
DATA: 09/03/2018
TERMINAL: 05581387

HORA: 11:07:22
CONTROLE: 055813870198

AGENCIA: 0558 - SOUSA
CONTA: 000.00003845-4
CLIENTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDOS POR DATA LIMITE

DEPOSITOS REALIZADOS ATÉ 03/05/2012

DATA	VALOR
14/02	
15/02	

DEPOSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012

DATA	VALOR
14/02	

MOVIMENTAÇÃO

DATA	VR.DCC	HISTORICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR

Fevereiro

14/02	000000	REM BASICA	
14/02	000000	CRED JUROS	
15/02	020000	REM BASICA	
15/02	000000	CRED JUROS	

RESUMO EM 08/03
SALDO

RESUMO DO DIA
SALDO BLOQUEADO
SALDO DISPONIVEL
SALDO TOTAL

Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA: 0800-726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474
www.caixa.gov.br

CONHEÇA A NOVA TABELA DE TARIFAS NO SITE
CAIXA.GOV.BR/VOCE

28 MAR. 2018



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o **SAC DPVAT** 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

3180143389

CPF da Vítima

057.563.284-40

Nome completo da vítima

Luciano Sobrinho de Sousa

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo Luciano Sobrinho de Sousa		CPF titular da conta	Profissão Nenhum
Endereço Rua I		Número 511	Complemento
Bairro Araucária	Cidade Sousa	Estado PB	CEP 58814-000
Email luciano_sobrinho_dpvat@gmail.com			Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. 0558 D/V [] (Informar dígito se existir)		BANCO Nome [] NRO. [] AGÊNCIA NRO. [] D/V [] (Informar dígito se existir)	
CONTA NRO. 013/0003845 D/V 9 (Informar dígito se existir)		CONTA NRO. [] D/V [] (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Sousa/PB, 04 de Abril de 2018
Local e Data

Luciano Sobrinho de Sousa
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal





AUTO-ATENDIMENTO - AG.SOUSA

DATA: 09/03/2018

TERMINAL: 05581387

HORA: 11:07:22

CONTROLE: 055813870198

AGENCIA: 0558 - SOUSA

CONTA: 013.00003845-4

CLIENTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDOS POR DATA LIMITE

DEPÓSITOS REALIZADOS ATÉ 03/05/2012

DATA	VALOR
------	-------

14/02	0.00
-------	------

15/02	0.00
-------	------

DEPÓSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012

DATA	VALOR
------	-------

14/02	0.00
-------	------

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR			1.00
----------------	--	--	------

Fevereiro

14/02	000000	REM BASICA	0.00
14/02	000000	CRED JUROS	0.00
15/02	000000	REM BASICA	0.00
15/02	000000	CRED JUROS	0.00

RESUMO EM 08/03

SALDO 32.882

RESUMO DO DIA

SALDO BLOQUEADO 0.00

SALDO DISPONIVEL 0.00

SALDO TOTAL 0.00

Informações, reclamações, sugestões e elogios

SAC CAIXA: 0800-725 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474

www.caixa.gov.br

CONHEÇA A NOVA TABELA DE TARIFAS NO SITE
CAIXA.GOV.BR/VOCE





AUTO-ATENDIMENTO - AG.SOUSA
DATA: 09/03/2018
TERMINAL: 05581387

HORA: 11:07:22
CONTROLE: 055813870198

AGENCIA: 0558 - SOUSA
CONTA: 000.00003845-4
CLIENTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDOS POR DATA LIMITE

DEPOSITOS REALIZADOS ATÉ 03/05/2012

DATA	VALOR
------	-------

14/02

15/02

DEPOSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012

DATA	VALOR
------	-------

14/02

MOVIMENTAÇÃO

DATA	VR.DCC	HISTORICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR

Fevereiro

14/02	000000	REM BASICA	
14/02	000000	CRED JUROS	
15/02	020000	REM BASICA	
15/02	000000	CRED JUROS	

RESUMO EM 08/03
SALDO

RESUMO DO DIA
SALDO BLOQUEADO
SALDO DISPONIVEL
SALDO TOTAL

Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA: 0800-726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474
www.caixa.gov.br

CONHEÇA A NOVA TABELA DE TARIFAS NO SITE
CAIXA.GOV.BR/VOCE

28 MAR. 2018



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: 3180275600 CPF da Vítima: 057 563.284-40 Nome completo da vítima: Luciano Sobrinho de Sousa

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: Luciano Sobrinho de Sousa CPF titular da conta: 057.563.284-40 Profissão: maquiagem
Endereço: Av. Nucleo I Número: 057 Complemento:
Bairro: Área Rural Cidade: São Gonçalo Estado: PB CEP: 58814-000
Email: uardinho.dpvat@gmail.com Telefone (DDD): (83) 99132-3425

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00

<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. <u>0558</u> (Informar dígito se existir)	D/V <u></u>	CONTA NRO. <u>014/000 3845</u> (Informar dígito se existir)	D/V <u>4</u>

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

26 JUN 2018

Sousa PB, 25 de Junho de 2018
Local e Data

DOCUMENTO ORIGINAL

Luciano Sobrinho de Sousa
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE SOUSA
Rua Tiradentes, nº 06, Centro – CEP 58.800-658 / Fone (83) 3522-6638

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 351/2018

Versando sobre: ACIDENTE DE TRANSITO

Data e hora do fato: 25/02/2018, por volta das 19hs30min

Local do ocorrido: Centro da cidade de Nazarezinho/PB, localizada na BR 230, em frente a Dical Fiat, nesta cidade de Sousa/PB.

Data e hora em que a delegacia tomou conhecimento: 09/03/2018, às 10h 25min

COMUNICANTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA, alcunha **, **Filiação:** Raimundo Alexandre de Sousa e de Joana Sobreira de Sousa, **Profissão:** garçom, **Estado Civil:** solteiro, **Naturalidade:** Nazarezinho - PB, **Nacionalidade:** brasileiro, **Data de Nascimento:** 27.01.1986, **Endereço Residencial:** Nucleo I, proximo ao Bar de Nildo, Sousa - PB, **Endereço Profissional:** **, **Telefone:** **, **Portador da CI/RG nº:** 3.407.125 - SSP/PB, **Título Eleitoral** **, CPF 057.563.284-40, **CNH** **.

VÍTIMA: O comunicante.

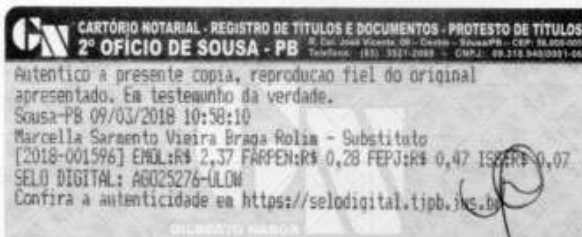
HISTÓRICO: Que o comunicante informa que no dia 25.02.2018, por volta das 19hs30min, conduzia a moto HONDA POP 100, 2014/2014, cor preta, placa QFB 1015/PB e chassi 9C2HB 0210ER461890, licenciada em nome da sua irmã LUCIENE SOBREIRA DE SOUSA e no momento que passava no centro da cidade de Nazarezinho/PB, nas proximidades do Cemitério Novo, colidiu em uma pedra de paralelepípedo que estava solta, perdeu o controle da moto e caiu ao solo; QUE na queda o comunicante informa que sofreu um corte na boca e escoriações na face, braços, mãos e uma pancada na mandíbula; QUE foi socorrido por transeuntes que passavam pelo local para o Hospital Regional desta cidade de Sousa, onde foi realizado a sutura na sua boca, ficando em observação até as 00hs00, tendo recebido alta; QUE vem registrar tal ocorrência para fins de seguro DPVAT. **Ciente ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não seja estritamente a verdade.**

SOUSA - PB, 09 de março de 2018.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. VICENTE HONORIO FILHO

COMUNICANTE: Luciano Sobreira de Sousa

ESCRIVÃO:



28 MAR. 2018





GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE SOUSA
Rua Tiradentes, nº 06, Centro – CEP 58.800-658 / Fone (83) 3522-6638

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 351/2018

Versando sobre: ACIDENTE DE TRANSITO

Data e hora do fato: 25/02/2018, por volta das 19hs30min

Local do ocorrido: Centro da cidade de Nazarezinho/PB, localizada na BR 230, em frente a Dical Fiat, nesta cidade de Sousa/PB.

Data e hora em que a delegacia tomou conhecimento: 09/03/2018, às 10h 25min

COMUNICANTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA, alcunha **, **Filiação:** Raimundo Alexandre de Sousa e de Joana Sobreira de Sousa, **Profissão:** garçom, **Estado Civil:** solteiro, **Naturalidade:** Nazarezinho - PB, **Nacionalidade:** brasileiro, **Data de Nascimento:** 27.01.1986, **Endereço Residencial:** Nucleo I, proximo ao Bar de Nildo, Sousa - PB, **Endereço Profissional:** **, **Telefone:** **, **Portador da CI/RG nº:** 3.407.125 - SSP/PB, **Título Eleitoral** **, CPF 057.563.284-40, **CNH** **.

VÍTIMA: O comunicante.

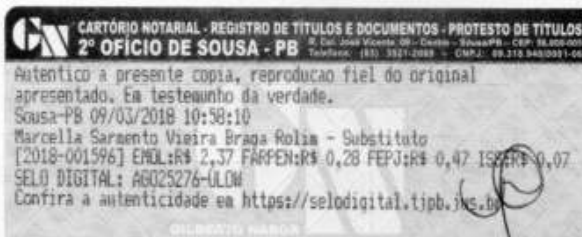
HISTÓRICO: Que o comunicante informa que no dia 25.02.2018, por volta das 19hs30min, conduzia a moto HONDA POP 100, 2014/2014, cor preta, placa QFB 1015/PB e chassi 9C2HB 0210ER461890, licenciada em nome da sua irmã LUCIENE SOBREIRA DE SOUSA e no momento que passava no centro da cidade de Nazarezinho/PB, nas proximidades do Cemitério Novo, colidiu em uma pedra de paralelepípedo que estava solta, perdeu o controle da moto e caiu ao solo; QUE na queda o comunicante informa que sofreu um corte na boca e escoriações na face, braços, mãos e uma pancada na mandíbula; QUE foi socorrido por transeuntes que passavam pelo local para o Hospital Regional desta cidade de Sousa, onde foi realizado a sutura na sua boca, ficando em observação até as 00hs00, tendo recebido alta; QUE vem registrar tal ocorrência para fins de seguro DPVAT. **Ciente ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não seja estritamente a verdade.**

SOUSA - PB, 09 de março de 2018.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. VICENTE HONORIO FILHO

COMUNICANTE: Luciano Sobreira de Sousa

ESCRIVÃO:



28 MAR. 2018



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Luciano Sobrinho de Souza

CPF da Vítima

057.563.284-40

Data do Acidente

25/02/2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

vandenbodpvat@gmail.com

Telefone (DDD)

(83) 99180-9410

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Souza-PB, 09 de Março de 2018

Local e Data

Luciano Sobrinho de Souza

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017

28 MAR. 2018



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Luciano Sobrinho de Souza

CPF da Vítima

057.563.284-40

Data do Acidente

25/02/2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

vandinhodpvat@gmail.com

Telefone (DDD)

(03) 99180-9410

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Souza-PB, 09 de Março de 2018

Local e Data

Luciano Sobrinho de Souza

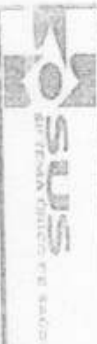
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DAL1.001 V001/2017

28 MAR 2018





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

CÓDIGO DA UNIDADE: 2513475CNPJ: 08.773.267/0027-09

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ FACUNDO DE LIRA E: GATO PRETO Nº 433 CEP: 58.802-180.

MUNICÍPIO: SOUSA ESTADO: PARAÍBAUF: 28

PACIENTE: Sueliane Oliveira De Sousa
SUS: 70060285612969 IDADE: 32 SEXO: M RAÇA: PB
DATA NASC: 27/01/86 PROFISSÃO: professora
ENDEREÇO: Rua Lúcia Gonçalves
BAIRRO: Paraíso MUNICÍPIO: SOUSA
ESTADO: PB CEP: 58814000 DOCUMENTO: _____
DATA DO ATENDIMENTO: 25/02/18 COD. MUNICÍPIO: 2516.20
CONTATO: 638169304 Mãe _____

Acompanhante:

ANAMNESE DE EXAME FÍSICO SUMÁRIO:

Paciente jovem de ações medicamentosa com sintomas de febre e fadiga em uso sistemático.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

RESULTADOS

MATERIALS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

1. Exame físico (SUSPENSÃO)

2. Exame físico (SUSPENSÃO) Exame físico (SUSPENSÃO) Exame físico (SUSPENSÃO)

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

Sueliane Oliveira De Sousa

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☒ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERG
☒ 02 - PRIMEIRA CONSULTA (ELETIVA)
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE (ELETIVA)
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGENCIA COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES)
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

- ☒ 01 - PRESCRITAÇÃO ☐ 02 - SERVIÇO DE OBSERVAÇÃO ☐ 03 - IDÉNCIA INTERNA ☐
☐ 04 - APLICADA ☐ 05 - OUTRO HOSPITAL ☐ 06 - BITO ☐ 07 - OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CODIGO PROCEDIMENTO CBO IDADE
0301060029 225125
0401010058 225825

Recepcionista: Sueliane Oliveira
Recepcionista

ASS. RESPONS. TÉCNICO (S) ASSISTEN. E(C) - CARIÓTIPO (S)
ASS. RESPONS. TÉCNICO (S) ASSISTEN. E(C) - CARIÓTIPO (S)
ASS. RESPONS. TÉCNICO (S) ASSISTEN. E(C) - CARIÓTIPO (S)

POLEGAR DIREITO

28 MAR. 2018





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

CÓDIGO DA UNIDADE: 2513475CNPJ: 08.773.267/0027-09

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ FACUNDO DE LIRA E: GATO PRETO Nº 433 CEP: 58.802-180.

MUNICÍPIO: SOUSA ESTADO: PARAÍBAUF: 28

PACIENTE: Sueliane Oliveira De Sousa
SUS: 70060285612969 IDADE: 32 SEXO: M RAÇA: PB
DATA NASC: 27/01/86 PROFISSÃO: Gravadora
ENDEREÇO: Rua Lúcia Gonçalves
BAIRRO: Paraíso MUNICÍPIO: SOUSA
ESTADO: PB CEP: 58814000 DOCUMENTO: _____
DATA DO ATENDIMENTO: 25/02/18 COD. MUNICÍPIO: 2516.20
CONTATO: 638169304 Mãe _____

Acompanhante:

ANAMNESE DE EXAME FÍSICO SUMÁRIO:

Paciente jovem de ações medicamentosa com sintomas de febre e fadiga em uso sistemático.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

RESULTADOS

MATERIALS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

1. Exame físico (SUSPENSÃO)

2. Exame físico (SUSPENSÃO)

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA

CONSULTA ESPECIALIZADA:

28 MAR. 2018

PROCEDIMENTO

Sueliane Oliveira De Sousa

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☒ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERG
☒ 02 - PRIMEIRA CONSULTA (ELETIVA)
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE (ELETIVA)
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGENCIA COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES)
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

- ☒ 01 - PRESCRITAÇÃO ☐ 02 - SERVIÇO DE OBSERVAÇÃO ☐ 03 - IDÉNCIA INTERNA ☐
☐ 04 - APLICADA ☐ 05 - OUTRO HOSPITAL ☐ 06 - BITO ☐ 07 - OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CODIGO PROCEDIMENTO CBO IDADE
0301060029 225125
0401010058 225825

Recepcionista: Sueliane Oliveira

Recepcionista

ASS. RESPONS. TÉCNICO (S) ASSISTEN. E(C) - CARIÓTIPO

POLEGAR DIREITO



RAIMUNDO ALEXANDRE DE SOUSA
LOC NUCLEO I, S/N / NUCLEO I - AREA RURAL
SAO GONCALO / PB CEP: 58814000 (AQ: 177)

Class/Subcl: RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFASICO B-230, Km 25 - Canto Redentor - João Pessoa / PB - CEP 54071-680
Roteiro: 14 - 194 - 510 - 2100
NF medidor: 00009027200

Referencia: Jun / 2017
Emissao: 23/06/2017

ENERGISA PARABA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 09.096.180/0001-40 - Insc Est 16.015.925-0
Nota Fiscal/Carta de Energia Elétrica Nº001.002.997
Codigo para Débito Automático: 00013001268

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1366626-8**

Canal de contato

Jun / 2017

Apresentação

23/06/2017

Data prevista da próxima leitura

24/07/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

2364178409
Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Letura	Data	Letura	
23/05/17	15942	23/06/17	16127	1
			185	31

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	185	0,30442	56,31
Adc. B. Vermelha			1,41
Subsidio			24,14
PIB			0,89
COFINS			4,11
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Devolução Subsidio			-24,14

Histórico de Consumo (kWh)

Mai/17	229
Abr/17	257
Mai/17	262
Fev/17	232
Jan/17	264
Dez/16	277
Nov/16	266
Out/16	275
Set/16	262
Ago/16	230
Jul/16	235
Jun/16	218

Média dos últimos meses
256

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIB	86,87	1,0318	0,89
COFINS	86,87	4,7426	4,11

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

30/06/2017

R\$ 62,72

RESERVAÇÃO AO FISCO

cf01.ec98.2e68.8f76.9d9a.7b82.e058.95dc.

Indicadores de Qualidade 4/2017 - São Gonçalo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	12,78	5,82	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	25,52		
DIC ANUAL	51,05	2,00	CONTRATADA 202
FIC MENSAL	7,89		LIMITE INFERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	15,79		
FIC ANUAL	31,58	4,02	
DMC	8,96		
DICRI	18,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia PB	22,21	35,42
Compra de Energia	25,98	41,42
Serviço de Transmissão	1,52	2,42
Encargos Setoriais	9,01	14,37
Impostos Diretos e Encargos	5,00	7,97
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	62,72	100,00

Valor do EUSD (Ref 4/2017) R\$ 41,72

28 MAR 2018



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/09/2019 11:10:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091711100761700000023706683>

Número do documento: 19091711100761700000023706683

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R. São João, 27 - Centro - Curitiba - PR - CEP 81201-000
CNPJ nº 06.100.041/40 - Ins. Est. N.º 07.525.4

Nota Fiscal: Cia de Energia Elétrica NORO 714 257
Cód. para Reb. Automático: 90017678007

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017	20/11/2017	18/12/2017	3139015461 Iotic Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1757550-7

Canal de contato

PREZADO CLIENTE:
O valor na conta do item "COMPLEMENTO REAJUSTE TAFI/FINCO" corresponde a cobrança, a título de diferença de fato arrematado, ao mês de Outubro de 2017, atualizada pela publicação da Prescrição do Homologatório nº 2.291, conforme disposto no Art. 113 da Pres. Normativa nº 414/C/010.

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias		
Data	Leitura	Data	Leitura							
19/10/17	4030	20/11/17	4215	1		195			32	
Demonstrativo										
CD	Descrição	Quantidade	Tarifa	Taxa Base Fixa	Alq. Lâmp	Base Calc. Projeç.	Consumo	Consumo	Consumo	
		Tributos Totais (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS		Projeção (R\$)	Consumo (R\$)	Consumo (R\$)	
0001	Consumo em kWh	145,000	0,754540	139,558	126,558	27	37,88	139,558	1,85	8,54
0001	Acab. B Vermelha			12,52	17,52	27	3,38	12,52	0,17	0,77
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0007	CONTRIBUIÇÃO LUM. PÚBLICA			10,88	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0004	JUROS DE MORA 10/2017			0,87	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0005	MULTA 10/2017			3,61	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0905	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 10/2017			0,16	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0000	COMPLACIMENTO REAJUSTE TARRA AMO 10/2017			8,43	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do item	TOTAL	176,42	152,11	41,06	152,11	2,02	8,31
-------------------------------------	-------	--------	--------	-------	--------	------	------

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
185	27/11/2017	R\$ 175,42

Histórico de Consumo (kWh)

246	278	134	138	118	110	211	89	265	116	259	371
Out/17	Sep/17	Aug/17	Jul/17	Jun/17	Mar/17	Apr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dec/16	Nov/16

f85a 1f8c c83d ad73 ad1c 6feb dcd6 a6db

9/2017 - Source

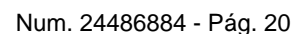
Indicadores de Qualidade			Discriminacao		Valor (R\$)	%
	Limites da ANEL	Acurado	Limite de Tensão (V)			
DIC MENSAL	0,75	0,00	NOMINAL	220	34,86	19,76
DIC TRIMESTRAL	12,58				50,14	26,56
FIC ANUAL	3,50				5,73	10,3
FIC MENSAL	3,55				9,90	5,47
FIC TRIMESTRAL	7,10		CONTRA DUA LIMITE INFERIOR	302	67,87	39,46
FIC ANUAL	14,20		LIMITE SUPERIOR	231	8,03	4,56
OMC	0,71	0,00				
OCC	12,22					
Total					175,42	100,00

Values are E (SE) (Ref. at 20°C, R_d^+ 100)

ATENÇÃO

ATENÇÃO
- Medido com display abrigado e altura do pé da média

Faturas em atraso



RAIMUNDO ALEXANDRE DE SOUSA
LOC NUCLEO 1, SN / NUCLEO 1 - AREA RURAL
SAO DONALDO / PB CEP: 58814000 (AQ: 177)

Classificação: RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFASICO
Risers: 14 - 194 - 510 - 2150
NP medidor: 00039027200

Referencia: Jun / 2017
Emissao: 23/08/2017

ENERGISA PARANA: DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
Credito Referido - João Pessoa / PB - CEP 54071-690
CNPJ 09.096.183/0001-40 - Insc Est 16.045.629-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº001.002.997
Codigo para Débito Automático: 00012614288

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1366626-8**

Canal de contato

Jun / 2017

Apresentação

23/08/2017

Data prevista da próxima leitura

24/07/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

2364178408
Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
23/05/17	15942	23/06/17	16127	1
				185
				31

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	185	0,30442	56,31
Adic. B. Vermelha			1,41
Subsídio			24,14
PIS			0,89
COFINS			4,11
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Devolução Subsídio			-24,14

Histórico de Consumo (kWh)

Mai/17	228
Abr/17	257
Mar/17	262
Fev/17	232
Jan/17	204
Dez/16	277
Nov/16	268
Out/16	276
Set/16	262
Ago/16	230
Jul/16	235
Jun/16	218

Média dos últimos meses
236

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	7,00	0,00
PIS	98,97	1,0318	0,99
COFINS	98,97	4,7429	4,11

VENCIMENTO **TOTAL A PAGAR**
30/06/2017 **R\$ 62,72**

RESERVA DO FISCO

cf01.ec98.2e68.8f76.9d9a.7b82.e058.95dc.

Indicadores de Qualidade 4/2017 - São Gonçalo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	12,78	5,92	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	25,52		230
DIC ANUAL	51,05		
FIC MENSAL	7,89	2,00	CONTRATAÇÃO
FIC TRIMESTRAL	16,79		LIMITE INFERIOR
FIC ANUAL	31,56		202
DMIS	0,35	4,02	LIMITE SUPERIOR
DIGR	18,80		231

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia PB	22,21	35,42
Compra de Energia	26,98	41,42
Serviços de Transmissão	1,52	2,42
Encargos Setoriais	6,01	9,71
Impostos Diretos e Encargos	5,00	7,97
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	62,72	100,00

Valor do EUDD (Ref: 4/2017) R\$ 41,72

28 MAR 2018



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/09/2019 11:10:07

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091711100761700000023706683

Número do documento: 19091711100761700000023706683

Foto: Freixal/Conda de Energia Elétrica NUPSA 744 257
Cód. para Deb. Automático: 000170700002

Canal de contato

PREZADO CLIENTE
O valor na conta do item "COMPLEMENTO REALISTE TAPAFRONTAL" corresponde à cobrança de diferença de faturamento ao mês de Outubro de 2017, de acordo com publicação da Resolução Homologatória nº 2.391, conforme disposto no Art. 113 da Res. Normativa nº 3.402/2010.

		Demonstrativo								
DT	Descrição	Quantidade	Tela 2/	Valor Base 1 d.	Aliq. Icms (R\$)	Base Ics. (R\$)	Por (R\$)	Calcul (R\$)		
		Tela 3		Tela 4	Tela 5	Tela 6	Tela 7	Tela 8	Tela 9	
		Tela 9		Tela 10	Tela 11	Tela 12	Tela 13	Tela 14	Tela 15	
0001	Consumo em kWh	145,000	0,714500	139,558	139,558	27	27,68	139,558	1,85	8,54
0001	Alc B Vermelho	12,52	17,52	27	3,38	12,50	0,17	0,77		

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS

0002	CONTRIBUICAO A UM PUBLICA	10,88	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0004	JUROS DE MORA 10/2017	0,67	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0006	MULTA 10/2017	3,75	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0005	ATUALIZACAO MONETARIA 10/2017	0,06	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0008	COMPLEMENTO INFLACAO TAMPARO 10/2017	0,03	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCC Colégio de Classificação do Item	TOTAL	115,42	152,11	41,06	152,11	2,02	0,31
--------------------------------------	-------	--------	--------	-------	--------	------	------

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
185	27/11/2017	R\$ 175,42

Histórico de Consumo (kWh)

246	276	124	138	118	130	211	89	265	116	253	171
Oct17	Sep17	Aug17	Jul17	Jun17	May17	Apr17	Mar17	Feb17	Jan17	Dec16	Nov16

185a 1f8c c83d ad73 ad1c 6feb dcd6 a6db

Indicadores de Qualidade

9/2017-60424

	Limites da ANEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	12,54	0,00	NOMINAL	230
DIC TRIMESTRAL	25,08			
DIC ANUAL	37,62			
FIC MENSAL	3,25	0,00	CONTRATADA	300
FIC TRIMESTRAL	7,10		LIMITE INFERIOR	220
FIC ANUAL	14,20	0,00	LIMITE SUPERIOR	330
DIC M	3,72			
DIC B	12,31			

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia elétrica	34,98	19,72
Compra de Energia	50,14	28,56
Serviços de Transmissão	5,32	3,03
Encargos Setoriais	9,60	5,47
Impostos Diretos e Encargos	67,65	38,46
Outros Serviços	8,03	4,58
Total	176,42	100,00

water: 200 g/l; KNO_3 : 60 g/l; CaCl_2 : 7 g/l; MgSO_4 : 10 g/l.

ATENÇÃO

ATENÇÃO
- Medida com display apagada. Faturado pela média

Faturas em atraso



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Recebo para simples pagamento da conta facilitada da energia elétrica. N° 007.063.178



ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 238, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 08.095.183 / 0001-40 Insc. Est. 16.815.823-0

DADOS DO CLIENTE

RAIMUNDO ALEXANDRE DE SOUSA
LOC NUCLEO I SN NUCLEO I
SAO GONCALO

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1366626-8

REFERÊNCIA

MAI/2018

APRESENTAÇÃO

24/05/2018

CONSUMO

180

VENCIMENTO

01/06/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 67,01

Acesse: www.energisa.com.br



DEixe aqui

RAIMUNDO ALEXANDRE DE SOUSA

Roteiro: 14-184-510-2100

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 24/05/2018

VENCIMENTO

01/06/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 67,01

MATRICULA

1300626-2018-05-7

26 JUN 2018



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/09/2019 11:10:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091711100761700000023706683>

Número do documento: 19091711100761700000023706683

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (eclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/biblioteca/web/docoriginal.aspx?tipo=1&codigo=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Waldemberg Andrade Formiga inscrito (a) no CPF sob o Nº 031.390.154/61 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Luciano Salgueira de Sousa inscrito (a) no CPF sob o Nº 057.563.284/40, do sinistro de DPVAT cobertura Imobilidade da Vítima Luciano Salgueira de Sousa, inscrito (a) no CPF sob o Nº 057.563.284/40, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Basilio Silva</u>		Número <u>89</u>	Complemento _____
Bairro <u>Costaça</u>	Cidade <u>Sousa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58800000</u>
Email <u>Vandinho dpvat@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD) <u>(83)99180-9410</u>

Sousa-PB, 13 de Março de 2018
Local e Data

Waldemberg Andrade Formiga
Assinatura do Declarante

DLDR.L001 V001/2017

28 MAR. 2018



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (eclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Waldemberg Andrade Ferraço inscrito (a) no CPF sob o Nº 031.390.154/61 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Luciano Salgueira de Sousa inscrito (a) no CPF sob o Nº 057.563.284/40, do sinistro de DPVAT cobertura Imobilidade da Vítima Luciano Salgueira de Sousa, inscrito (a) no CPF sob o Nº 057.563.284/40, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Basilio Silva</u>		Número <u>89</u>	Complemento _____
Bairro <u>Costa Rica</u>	Cidade <u>Sousa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58800000</u>
Email <u>vandinho.dpvat@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD) <u>(83)99180-9410</u>

Sousa-PB, 13 de Março de 2018
Local e Data

Waldemberg Andrade Ferraço
Assinatura do Declarante

DLDR1.001 V001/2017

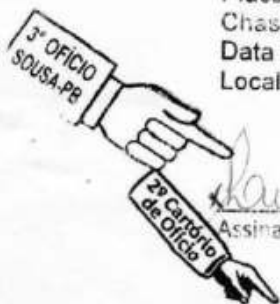
28 MAR. 2018



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Luciene Salgueira de Sousa,
 RG nº 3283519, data de expedição 05/02/2016
 Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 078.758.024-40 com
 domicílio na cidade de Aparecida, no Estado de
Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Recílio Albrantes - Centro, nº 122,
 complemento - / -, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
 vítima Luciano Salgueira de Sousa cujo o condutor era
Luciano Salgueira de Sousa.

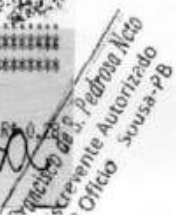
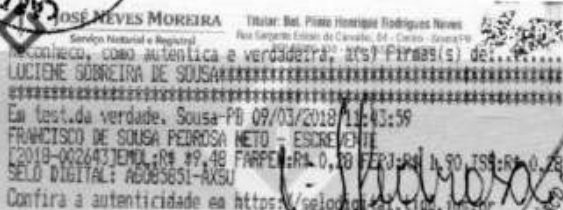
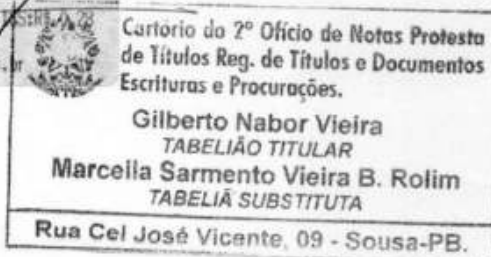
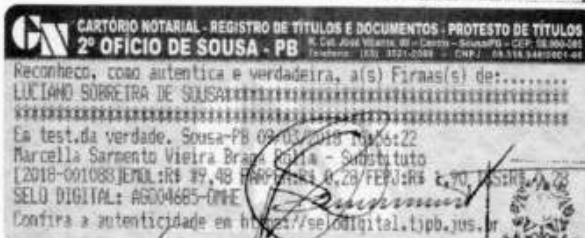
Veículo: HONDA POP 100
 Modelo: 2014
 Ano: 2014
 Placa: QFB 1015/PB
 Chassi: 9C2HB0210ER461890
 Data do Acidente: 25/02/2018
 Local e Data: Sousa-PB 09/03/2018



Luciene Salgueira de Sousa
 Assinatura do Declarante

Luciano Salgueira de Sousa

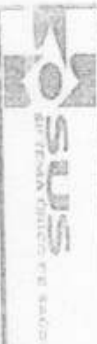
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



DOCUMENTO ORIGINAL

28 MAR. 2018





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

CÓDIGO DA UNIDADE: 2513475CNPJ: 08.773.267/0027-09

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ FACUNDO DE LIRA E: GATO PRATO Nº 433 CEP: 58.802-180.

MUNICÍPIO: SOUSA ESTADO: PARAÍBAUF: 28

PACIENTE: Sueliane Oliveira De Sousa
SUS: 70060285612969 IDADE: 32 SEXO: M RAÇA: PB
DATA NASC: 27/01/86 PROFISSÃO: Gravadora
ENDEREÇO: Rua São Gonçalo
BAIRRO: Paraíso MUNICÍPIO: SOUSA
ESTADO: PB CEP: 58814000 DOCUMENTO: _____
DATA DO ATENDIMENTO: 25/02/18 COD. MUNICÍPIO: 2516.20
CONTATO: 638169304 Mãe _____

Acompanhante:

ANAMNESE DE EXAME FÍSICO SUMÁRIO:

Paciente jovem de ações medicamentosa com sinais vitais e fêmora em bom estado.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

RESULTADOS

MATERIALS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

1. Exame físico (SUSPENSÃO)

2. Exame físico (SUSPENSÃO) Exame físico (SUSPENSÃO) Exame físico (SUSPENSÃO)

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

Sueliane Oliveira De Sousa

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☒ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERG
☒ 02 - PRIMEIRA CONSULTA (ELETIVA)
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE (ELETIVA)
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGENCIA COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES)
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

- ☒ 01 - PRESCRITAÇÃO ☐ 02 - OUTRO HOSPITAL ☐ 03 - OUTROS
☐ 04 - OUTRO HOSPITAL ☐ 05 - OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CODIGO PROCEDIMENTO CBO IDADE
0301060029 225125
0401010058 225825

Recepcionista: Sueliane Oliveira

ASS. RESPONS. TÉCNICO (S) ASSISTEN. E(C) - CARIÓTIPO

ASS. RESPONS. TÉCNICO (S) ASSISTEN. E(C) - CARIÓTIPO

POLEGAR DIREITO

28 MAR. 2018



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.047.125 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 11/10/2017

NOME
LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA

FILIAÇÃO
RAIMUNDO ALEXANDRE DE SOUSA
JOANA SOBREIRA DE SOUSA

NATURALIDADE
NAZAREZINHO-PB DATA DE NASCIMENTO 27/01/1986

DOC ORIGEM
CERT. NASC. Nº5.166 - LIV.A-6 - FLS.105 - CARTÓRIO
NAZAREZINHO-PB

057.563.284-40
João Pessoa - PB

ASSINADO POR: [Assinatura] A-
29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Luciano Sobreira de Sousa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-231

78 MAR. 2018



LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

ASSINATURA DO DETENTOR

CPF 031.390.154-611

CARTÓRIO SOUSA-PB

CASAM N.24832 FLS.012 LIV.B-65

SOUZA-PB

DOC. ORIGINAL

DATA DE NASCIMENTO 11/05/197

NATURALIDADE

FILHO

JOAQUIM ISIDRO FORMIGA

MARIA ANDRADE FORMIGA

WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA

26/04/2010

2.526.736 - 2 VIA

DATA DE EMISSÃO

REGISTRO GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO P-121

26/04/2010

2.526.736 - 2 VIA

DATA DE EMISSÃO

REGISTRO GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

28 MAR. 2018



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.047.125 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 11/10/2017

NOME
LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA

FILIAÇÃO
RAIMUNDO ALEXANDRE DE SOUSA
JOANA SOBREIRA DE SOUSA

NATURALIDADE
NAZAREZINHO-PB DATA DE NASCIMENTO
27/01/1986

DOC ORIGEM
CERT. NASC. Nº5.166 - LIV.A-6 - FLS.105 - CARTÓRIO
NAZAREZINHO-PB

057.563.284-40
João Pessoa - PB

ASSINADO POR: [Assinatura] A-

29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Luciano Sobreira de Sousa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-231

78 MAR. 2018



LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

ASSINATURA DO DETENTOR

JOÃO PESSOA - PB

CPF 031.390.154-611

CARTÓRIO SOUSA-PB

CASAM N. 24832 FLS. 012 LIV. B-65

SOUZA-PB

DOC. ORIGINAL

11/05/197

DATA DE NASCIMENTO

NATURALIDADE

JOAQUIM ISIDRO FORMIGA

MARIA ANDRADE FORMIGA

2.526.736 - 2 VIA

WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA

26/04/2010

DATA DE EXPEDIENTE

REGISTRO GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO P-121

26/04/2010

WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA

ASSINATURA DO TITULAR

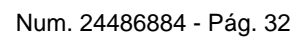
CARTEIRA DE IDENTIDADE

28 MAR. 2018



28 MAR. 2018

JUL-2013



28 MAR. 2018

2013-02-11



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180143289 **Cidade:** Sousa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA **Data do acidente:** 25/02/2018 **Seguradora:** AMERICAN LIFE
COMPANHIA DE SEGUROS

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 17/05/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: ESCORIAÇÕES DIFUSAS

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CLÍNICO

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA DISPONÍVEL NÃO HÁ LESÕES E/OU SEQUELAS QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

Líder- Serviços AMD

Nome do médico: KARLA SUELY MALHÃES DE SOUZA

CRM do médico: 52.52099-1

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:

Karla Souza



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, GARÇOM, PORTADOR DO RG N° 3.047.125 SSP/PB E CPF N° 057.563.284-40, RESIDENTE E DOMICILIADO NO NUCLEO HABITACIONAL I, BAIRRO: SÃO GONÇALO, MUNICIPIO DE SOUSA-PB

OUTORGADO: WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA, BRASILEIRO, CASADO, ESTUDANTE, RG-2526736-SSP/PB E CPF-031.390.154-61, RESIDENTE DOMICILIADO À RUA BASILIO SILVA, Nº89, ESTAÇÃO, TELEFONE: (83) 99180-9410, CEP. 58.800-000 SOUSA-PB.

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar pedido de indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT, a que tenho direito, concedendo ao outorgado poderes para assinatura nos formulários de Aviso de Sinistro, Protocolo de Recepção de Documentos, Declaração de Ausência de Laudo do IML, Autorização de Pagamento de Indenização do Seguro DPVAT, podendo enfim assinar ou requerer quaisquer documentos relacionados com o Seguro Obrigatório - DPVAT em meu nome, praticar todos os atos de direito permitidos para perfeito cumprimento deste mandato; da qual configura como vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA.**



Luciano Sobreira de Sousa

RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE

SOUSA-PB, 09 DE MARÇO DE 2018.

DOCUMENTO ORIGINAL

CN CARTÓRIO NOTARIAL - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - PROTESTO DE TÍTULOS
2º OFÍCIO DE SOUSA - PB
R. Cel. José Vicente, 09 - Centro - Sousa/PB - CEP. 58.800-000
Telefone: (83) 3321-3269 - CNPJ: 08.378.940/0001-26

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firms(s) de:.....
LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA.....

Em test.da verdade. Sousa-PB 09/03/2018 10:55:56
Marcella Sarmento Vieira Braga Rolim - Substituta
[2018-001087]JENCL:RS 49.48 FAFPS:RS 04.28 FEPD:RS 1.50 T:RS 1.2
SELO DIGITAL: A0004684-20JL
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

28 MAR. 2018

Cartório do 2º Ofício de Notas Protesto
de Títulos Reg. de Títulos e Documentos
Escrituras e Procurações.
Gilberto Nabor Vieira
TABELIÃO TITULAR
Marcella Sarmento Vieira B. Rolim
TABELIÃ SUBSTITUTA
Rua Cel José Vicente, 09 - Sousa-PB.

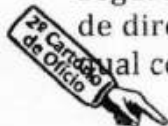


PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, GARÇOM, PORTADOR DO RG Nº 3.047.125 SSP/PB E CPF Nº 057.563.284-40, RESIDENTE E DOMICILIADO NO NUCLEO HABITACIONAL I, BAIRRO: SÃO GONÇALO, MUNICIPIO DE SOUSA-PB

OUTORGADO: WILDEMBERG ANDRADE FORMIGA, BRASILEIRO, CASADO, ESTUDANTE, RG-2526736-SSP/PB E CPF-031.390.154-61, RESIDENTE DOMICILIADO À RUA BASILIO SILVA, Nº89, ESTAÇÃO, TELEFONE: (83) 99180-9410, CEP. 58.800-000 SOUSA-PB.

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar pedido de indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT, a que tenho direito, concedendo ao outorgado poderes para assinatura nos formulários de Aviso de Sinistro, Protocolo de Recepção de Documentos, Declaração de Ausência de Laudo do IML, Autorização de Pagamento de Indenização do Seguro DPVAT, podendo enfim assinar ou requerer quaisquer documentos relacionados com o Seguro Obrigatório - DPVAT em meu nome, praticar todos os atos de direito permitidos para perfeito cumprimento deste mandato; da qual configura como vítima: **LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA.**



Luciano Sobreira de Sousa

RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE

SOUSA-PB, 09 DE MARÇO DE 2018.

DOCUMENTO ORIGINAL

CN CARTÓRIO NOTARIAL - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - PROTESTO DE TÍTULOS
2º OFÍCIO DE SOUSA - PB
R. Cel. José Vicente, 09 - Centro - Sousa/PB - CEP: 58.800-000
Telefone: (83) 3251-2089 - CNPJ: 05.373.940/0001-26

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firma(s) de:.....
LUCIANO SOBREIRA DE SOUSA.....

Em test. da verdade. Sousa-PB 09/03/2018 10:55:56
Marcella Sarmento Vieira Braga Rolim - Substituta
C2018-001087JENQ-RS Nº 48 FAFPA-RS 04/28 FEPJ-RS 1301/2018
SELO DIGITAL: 46004684-203L
Confira a autenticidade em <http://brasil.selo.digital.com.br>

28 MAR. 2018

Cartório do 2º Ofício de Notas Protesto
de Títulos Reg. de Títulos e Documentos
Escrituras e Procurações.
Gilberto Nabor Vieira
TABELIÃO TITULAR
Marcella Sarmento Vieira B. Rolim
TABELIÃO SUBSTITUTA
Rua Cel José Vicente, 09 - Sousa-PB.



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ+FUNDS
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cód: XXXXXXX30FA7. Conf. por: Serventia TJ+FUNDS
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016. PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
PAULA CRISTINA A.D.
Gaspar
Escrevente
M. 20.12.16.1.55

CEB674
ACS13502

3.00
1.81
6.90

fiel do



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40
36% I.P.FUNDOS = 3,02
Total = 11,42

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09
TJ+FUNDOS = 1,81
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO PRIVAT S.A.

CNPJ nº: 05.246.500/00-01 - NIRE 33.3002847-8
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,
compareceram os membros do Conselho de Administração foram con-
voados para o seguinte teor: **Assuntos em discussão e deliberação:**
Presenças: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana
Tehena Salsinha, Bernardo Dickmann, Celso Damadi, Játis de Men-
donça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade,
Carla de Fátima Novais do Albuquerque Cavalcanti e Ricardo
de São Iglecias Tebrazz. **Ausências:** Ausente o conselheiro
Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da pre-
sença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem pre-
sença e voto nas matérias da ordem do dia. **Mesa de Trabalho** Pro-
tocolo nº 00/2015, do Conselho Administrativo, André Lael Faoro, Di-
retor do Dia; (I) Ratificação da eleição de Carlos André Guerra,
Diretor Executivo da Companhia realizada na Reunião do Conselho de
Administração do dia 25 de março de 2015; (II) Ratificação da De-
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015,
e (iii) Acórdãos do Conselho de Administração. **Deliberação:** Os
conselheiros, por unanimidade, ratificam a eleição de Carlos André
Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, solteiro, titular do documento
de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no
CPF nº 03.901.987.91, residente e domiciliado na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua Santa
Específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-
retor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a
SUSEP e a função de diretor responsável pelas atividades inerentes
do homologação junto à Superintendência de Seguros
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da
Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1
(um) ano, que será termo em 25 de março de 2016, permanecendo
o atual diretor responsável pelas atividades inerentes do homologação
declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de
desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tan-
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes
da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e da Lei nº 13.306, de 2015.
CNPJ - A remuneração dos membros da Direção Executiva Privada
varia o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os
conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações
de diretores responsáveis perante a Diretoria Executiva, da seguinte
forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Lencastre, Diretor responsável
administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento,
supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabi-
lidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, Diretor responsável pelas re-
lações com a SUSEP; (c) até a posse do diretor Carlos André Guerra
Barreiros, Diretor responsável pelas atividades inerentes do homolo-
gamento junto à Superintendência de Seguros SUSEP; (d) Marcelo
Lopes Devick, diretor responsável pelo cumprimento do disposto
na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº
234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (e)
Cláudio Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP
nº 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos e
controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os
membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsa-
bilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNPJ nº
143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou
cessões, portanto, de competência da Diretoria Executiva, não sendo
ser ratificadas por eles, mas sim, na próxima Assembleia Geral da Com-
panhia, na forma de regulamentação da SUSEP em vigor. Os con-
selheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas
as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e
deliberação para este reunião ordinária. Os conselheiros orel-
teiros, Játis de Mendonça Alexandre, Bernardo Dickmann, Celso
Damadi e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como
declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não in-
tegram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do
Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos pre-
sentes e/ou futuros, nem a respeito de assuntos de natureza de
de má fé e ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente
ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada
correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presen-
tes: Assinaturas: (Ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do
Conselho de Administração; (Ass.) Rosana Tehena Salsinha - Con-
sultor; (Ass.) Bernardo Dickmann - Conselheiro; (Ass.) Celso Damadi
- Conselheiro; (Ass.) Játis de Mendonça Alexandre - Conselheiro;
(Ass.) João Gilberto Possede - Conselheiro; (Ass.) Jorge de Souza
Andrade - Conselheiro; (Ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (Ass.)
Carla de Fátima Novais do Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro;
Ricardo de São Iglecias Tebrazz - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio
de 2015. André Lael Faoro - Secretário Jurídico Comercial do Conselho
do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3002847-8 - Protocolo 00-
2015/1918643-3 - 12/06/2015. Bernardo o Conselho de Administração
do Rio de Janeiro nº 00002777323. Celso S. Benavente -
Secretário Geral.

**SEGUROADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO PRIVAT S.A.**

DÓ SEGURO DPVAT S/A

CNPJ nº 07.986.534/0001-33 33.00028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015.

Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h., na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico no dia 19 de março de 2015 para o encontro ordinário do conselho pelo Sr. Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Carlos Damásio, Jéssy de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Mucio Norberto de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Marques Teixeira, Rosana Techina Salasano e Wady José Mourilo Cruz Jr.

O presente documento contém informações confidenciais que podem ser objeto de processo judicial ou administrativo em andamento. Qualquer divulgação não autorizada pode resultar em sanções legais e administrativas. É vedado reproduzir, total ou parcialmente, este documento sem autorização prévia expressa da Diretoria Geral.

Não está sendo a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho. Presidente: Luiz Paulo de Siqueira Filho, Secretário: André Leal Faria. Ordem do Dia: (I) Eleição dos membros do Conselho de Administração e (II) Assuntos Gerais. Deliberações Tomadas: (I) Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, reeleger para composição do Comitê de Auditoria da Companhia (I) Luiz Pereira de Souza, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 11.431.013-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.11506.114, expedido pelo ITR RJ, residente e domiciliado em Rua do Rio de Janeiro, nº 45, apartamento 102, bairro de São Paulo, residente e domiciliado em Rua do Rio de Janeiro, nº 45, apartamento 102, bairro de São Paulo, que exercerá a função de coordenador do referido Comitê; (II) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 008.11506.114, expedido pelo ITR RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.725.571-91, residente e domiciliado em Rua do Rio de Janeiro, nº 45, apartamento 102, bairro de São Paulo, e (III) Marcos Acácio Ferreira, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 327.306.01-5, expedido pela SPSPSP inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, todos com mandato de 1 (um) ano a contar desta data até 25 de março de 2016, foram eleitos membros do Conselho de Administração para deliberar a partir de amanhã, dia 31 de março de 2015.

Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado. Foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass) Luiz Paulo de Siqueira Filho, Presidente, (ass) Renato Paulino de Carvalho Filho - Secretário, (ass) Bernardo Weidmann, Conselheiro, (ass) Damascio Damascio, Conselheiro, (ass) Jairo de Mendonça Alexandre, Conselheiro, (ass) João Gilberto Possidente, Conselheiro, (ass) Jorge de Souza Andrade, Conselheiro, (ass) Marcelo Goldman, Conselheiro, (ass) Paulo Roberto de Albuquerque Cavalcanti, Conselheiro, (ass) Ricardo José Lages Teixeira, Conselheiro, (ass) Roberto de Jesus da Silva, Conselheiro e (ass) Wacy José Mourão Gury, Conselheiro.

Certifico que a presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia, Rio de Janeiro, 31 de março de 2015. André Leal Faria - 33.3.0027484-6, Matrôno nº 00.201517952-4, 17.06.2015, portaria nº Delenimento em 22/06/2015 e no Registro sob o nº 00002777238.

Bernardo F. S. Bewanger - Secretário Geral.

BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.003.029771-5

Asssembleia Geral Ordinária (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 §1º da Lei nº 6.404/67). **Dia, Hora e Local:** 25/05/2016, às 14h, na Av. Fabris, nº 404, Duque de Caxias, RJ. **Mesa:** Vitor Ribeiro de Almeida, Presidente; Paulo Roberto de Souza, Secretário. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme assinaatua aposta no Livro de Presença e Acionistas Convocação. **Dispensada** em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/67. **Ordem do Dia:** a) **Deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras** sobre o Relatório da Administração encerrado em 31/12/14; b) **Deliberar** sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; c) **Deliberar** sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Brevetto de Lubrificantes e a remuneração do exercício de 2015. **Deliberações aprovadas** por unanimidade: a) **Aprovam** a distribuição de dividendos e a remuneração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A., atestando-se de votar os legalmente impedidos conforme o art.134, §5º da Lei nº 6.404/67; b) **Aprovam** a distribuição de dividendos considerando que a BRF Brevetto de Lubrificantes não possui distribuição de dividendos para o exercício de 2014; c) **Aprovam** a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir a distribuição de dividendos e a remuneração dos administradores da Cia. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o que, ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual se encontra arquivada no Livro de Atas, sob o nº 13, e se lê e tem a forma. **Certifico** que a presente ata contém a fiel reprodução do que ocorreu e foi deliberado no dia 25/05/2016, às 14h, no próprio Duque de Caxias, 3304/015 Vitor Reichembach da Silva, Presidente, Diogo Valle Bueno, Secretário, Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampão, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., 72732376, em 12/06/15. **Bernardo F.S. Bernauer - Secretário Geral**

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/NF: 01.911.658-0001-48 NIRE: 33300265002

Ato de AGO realizado em, lavrada no livro social: 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/15, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Mattos, 8 parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulário de convocação para Assembleia Geral Ordinária nº 001/2015 do Conselho de Administração da Sociedade 3. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do capital Social, conforme Livro de Presença de Acionistas 4. Mensagem: Para deliberar sobre a proposta de alteração estatutária apresentada pelos membros de Souza Sarcinella; Srta. Patrícia Benvides de Sousa Magalhães Aranda. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício final em 31/12/14; (II) Deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos do exercício anterior; (III) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do Capital Social; (I) Aprovados o relatório e as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício referente ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Aprovada a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 368.658,53; (III) Aprovada a destinação da seguinte forma: 33,33% para distribuição aos acionistas, 33,33% para formação da Reserva Legal e 33,33% de lucro restante (R\$ 78.733,56) para a reserva de expansão.

[illegible]

DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 659.538/0001-51 - NIRE : 31.3.007698-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO
DE 2015. A data, hora e local da Reunião são 10:30 horas no
dia 22 de Junho de 2015, na sede social da Companhia na Av. Presi-
dente Vargas, 1463, bairro do Rio Branco, cidade de São Paulo, SP.
O Rio de Janeiro, 2 Diretores presentes. Totalidade dos Diretores
exercício; 3 Objetivo da Reunião: a) Deliberar sobre o pagamento
de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 575.100.000 (quinhentos
e setenta e cinco milhões e cem reais), proposto pela Ata de Reunião do Con-
selho de Administração de 18/12/2014; b) Deliberar sobre o pagamento
de dividendos no valor de R\$ 245.846.74 (duzentos e quarenta e cinco mil
oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos); c)
aprovará pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015; d) Delibe-
rar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 437.100.000
(quatrocentos e trinta e sete milhões e cem reais), aprovado pelo Conselho de
CMV 207 de 13 de dezembro de 1996 e de dividendos 3 total do exercício
em pago é de R\$ 983.366,97 (novecentos e oitenta e três mil trezentos e
seis reais e noventa e sete centavos) e será distribuído pro-
porcionalmente à quantidade de ações possuídas por cada acionista na
data de distribuição, sendo que os valores serão pagos em duas parcelas, a
primeira parcela em cinco mil reais e a razão de R\$ 0.0019179132 por ação,
em título de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 408.366,97 (quatrocentos
e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) a
razão de R\$ 0.0012216363 por ação a título de Dividendos, tudo o mais
conforme disposto no artigo 1º da Lei nº 6.406/1976, e a segunda parcela em
07/07/2015, com o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
Encerramento da Reunião. Para sobre o valor nominal de ações emitidas em
legislação vigente. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, los
encerrando a reunião, lavando a Ata que vai assinada por todos os di-
retores. O Rio de Janeiro, 22 de junho de 2015. JOSÉ JOAO ABDAL-
LA FILIPE DA SILVA Diretor Presidente _____
NUEL FRANCISCO DANTAS VILAS BOAS Diretor JUNTA CON-
MERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Certifico que o pre-
sente foi arquivado sob o nº 2779853 e data de 26/06/2015. Bernardo

Nautlius S/A - Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF: 01.544.7960001-06 - NIRE: 3330225193-1
 Ata de AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/2015, às 10:30hs na sede da empresa na Rua Dardan de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada direta e indireta, por meio de e-mail, para todos os membros da Diretoria e da Assembleia. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, concorrente assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Paul César Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Faíspe de Castro Souza. 5. Ordem da pauta: (I) Aproveitamento das demonstrações financeiras relativas ao balanço geral e às contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberação sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Assunção Geral. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos membros da Assembleia, com o seguinte teor: (I) Aproveitamento do relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Aproveita a proposta da Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será rateada entre os acionistas, de acordo com o que dispõe o artigo 1.º da Lei de Fomento da Reserva Legal e a (III) O saldo remanescente de R\$ 1.416.496,98 para a distribuição de dividendos. Aproveitamos os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre eles. (IV) Assunção Geral. Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão na presente Assembleia. 7. Encerramento: O Presidente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tratar, encerrou que, por suas deliberações tomadas, o Conselho Fiscal não foi convocado por não se encontrarem instalados e encerrou os trabalhos, sendo o presente relatório assinado por todos os membros da Diretoria e pelos membros de mesa e pelos acionistas representativos da totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/2015 Paulo Cesar Gomes de Souza - Presidente da Assembleia, Faíspe de Castro Souza - Secretário. Juiz de Direito nº 653242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Bawhinger - Secretário. (Assinatura)

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMEOPRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00

CACAO

ATENÇÃO: É vedada a divulgação de dados pessoais pelas assinaturas do D.C.

IMPrensa LONDRINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Newton
Carvalho nº 81, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2717-4348
Fax (0xx21) 2717-4348

~~www.imprensaoficial.ri.gov.br~~

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 25 às 13h

17º Office de Notas
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EMP-46363 RIO-Gaspar te em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D. Gaspar-Aut
1707-0000

reprodução
AFD. Cont. por: fiel do
serventia
TJ-RFUNDOS
Total
3.09
1.81
6.90

CEB574
ACS1308



17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e fiel reprodução do original, em 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL
Rio de Janeiro, RJ

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL
Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2107-8800

026574
A151505

Reprodução fiel do
serviço
Total : 5,09
: 1,81
: 6,90

ERF0-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepublico>



[illegible]

1. A proposta de alteração das contas dos administradores da Diretoria do Conselho de Administração da Companhia Saneamento de São Paulo S/A (SASPA) em 2014, aprovada em 11/12/2014, prevê a distribuição de honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, o que representa 10% do lucro líquido da SASPA. A proposta de alteração das contas dos administradores da Diretoria do Conselho de Administração da Companhia Saneamento de São Paulo S/A (SASPA) em 2014, aprovada em 11/12/2014, prevê a distribuição de honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, o que representa 10% do lucro líquido da SASPA. A proposta de alteração das contas dos administradores da Diretoria do Conselho de Administração da Companhia Saneamento de São Paulo S/A (SASPA) em 2014, aprovada em 11/12/2014, prevê a distribuição de honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, o que representa 10% do lucro líquido da SASPA.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33 352 394/0001-04
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE[illegible]

de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEADAE por motivos de ordem profissional, agradecendo à entidade que lhe foi concedida o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato Prates Rodrigues, e grande colaboração à administração desta Companhia; este voto é dado em favor pela unanimidade dos presentes (06) ELEIÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES - DAF-RI - NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração do Conselho de Administração indicou o Senhor Heitor Calado Moreira para os cargos de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando suportar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues. O Conselho de Administração aprova a indicação conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 7º c/c o Artigo 21º do Estatuto Social da CEADAE, resolve eleger como Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores - DFI - o Senhor Heitor Calado Moreira, brasileiro solteiro, Engenheiro, portador da Carteira Nacional de Identificação nº 98.980.980-9, CPF nº 112.860.918-9, residente e domiciliado na Rua Alexander, nº 273, Itaipava, Jd. das Tuças, Rio de Janeiro - RJ, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir das 05:05 horas. Por conseguinte, o Conselho de Administração com base no disposto no Artigo 35º do Estatuto Social da CEADAE resolve adotar, "ad referendum", a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira, aprovada por unanimidade, a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues.

RENUMERAÇÃO - A remuneração do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores do Conselho de Administração da CEADAE é estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEADAE.

NOMEAÇÃO DE AGE - Dando prosseguimento, o Conselho de Administração resolve aprovar a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira para a Diretoria Administrativa, para o dia 15 de Junho, às 16:00 horas, no Auditório da Companhia, a fim de deliberar sobre as Acções da CEADAE, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária I Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração II Aprovação do Alteração do Estatuto Social III Administração da Companhia IV Nomeação de AGE

A presente resolução não necessita de publicação no Diário Oficial de Notícias e nem é necessária para a divulgação e a publicação do Edital de Convocação.

ASSUNTOS GERAIS / REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabela de Remuneração dos Administradores, bem como na estrutura organizacional da Companhia, tendo em vista a necessidade de adequação ao Regimento Interno da CEADAE e as devidas alterações no Regimento Interno da Companhia com validade a partir de 01/05/2015. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a presença dos senhores e que após lido e aprovado, é assinada pelos Senhores Conselheiros e pelo Presidente, ficando esta decisão designada para ser publicada no Diário Oficial de Notícias.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato Prates Rodrigues, declara que a presente Resolução foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária das Acções e Esquelas - CEADAE Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015.

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO OPVAT S A
CNPJ/MF nº 09 248 608/0001-04 - NIRE 33 3 0028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

Ata de Assembleia Geral Ordinária
Data, horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na
sala 86, São Carlos, RJ. A Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luaro, nº
86, São Carlos, RJ, realizou Assembleia Geral Ordinária, com o objetivo de
Dispensar e a publicação de Editais de Convocação, na forma da
Lei nº 124, 64ª de Lei nº 6.046/76. Publicações: A Companhia está dis-
pensada de publicar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstra-
ções Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de
dezembro de 2014.
Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital, con-
forme assinaladas constantes no Livro de Presença de Ações.
Mesa: Carlos Gouveia Barreto, *Presidente*, Laura Manero Gadálupi,
Secretária. **Deliberações:** 1) Autorizada a lavratura da presente Ata.
2) Autorizada a lavratura do Balanço Patrimonial, o Balanço e o angien-
do, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxo de Ca-
sia, 13º da Lei nº 6.046/76. 3) Aprovada a dispensa de publicar as
demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social en-
cerrado em 31 de dezembro de 2014. 4) Aprovada a destinação, a
totalidade do saldo do prejuízo do exercício findo em 31 de dezem-
bro de 2014, em 20% para o acionista, 33,73317% (três mil, setecentos e trinta e
três reais e setecenta e três centavos) para o acionista, e o restante
repartido. 4) Aprovada renúncia das seguintes pessoas como membro
da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 7 (dois) an-
os, iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária de
2020, a Sra. **Francisca Tereza de Jesus**, brasileira, casada, portadora
da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15, portadora da carteira de identidade RG nº
31.191.314-33 SSP/BA residente e domiciliada na Cidade de São
Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lem-
os, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 5) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 6) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 7) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 8) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 9) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 10) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 11) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 12) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 13) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 14) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 15) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 16) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 17) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 18) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 19) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 20) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 21) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 22) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 23) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF/MF sob o nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliada na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua
Lemos, nº 224, CEP 05.501-050, com Diretor sob designação específica da
Companhia. 24) Aprovada a eleição de Sra. **Francisca Tereza de Jesus**,
brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 617.162.195-15,
portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BA, inscrito
no CPF

passa a ser a seguinte: A) *Directora Presidente* - Carla Gouveia Barretto *Directores sem designação específica* B) *Arranjo* - Vinícius

17º **Ofício de Notas**
DA CAPITAL

Tablete: Carlos Henrique Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Fone: (51) 3033.5555 - Insc. 070.18600

Cartório DO 17º
Paula Cristina M. D.
Gaspal

COBES 74
ACB13507

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cód: X000003074FC. Conf. por: Serventia T14FLN005

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL-AUT

EMFO-46362.036 Consulte em <https://www3.tjrs.jus.br/sitrepublico>

Total : 6.90

reprodução fiel do : 5.09
Serventia : 1.81
T14FLN005



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



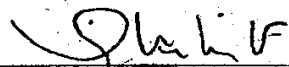
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:



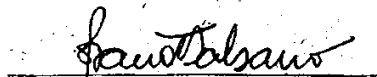
Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente

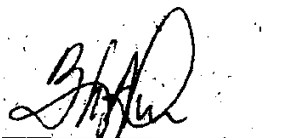


André Leal Faoro
Secretário

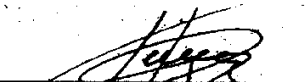
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3




Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente


Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro



Francisco Alves de Souza
Conselheiro

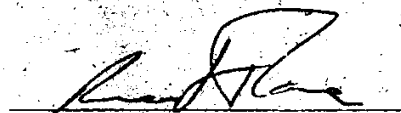

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro

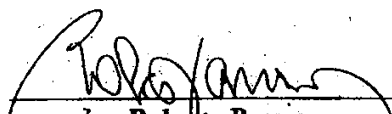

Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

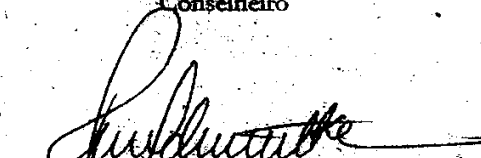

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

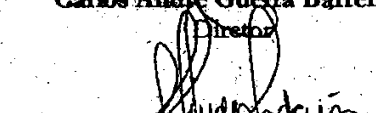

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

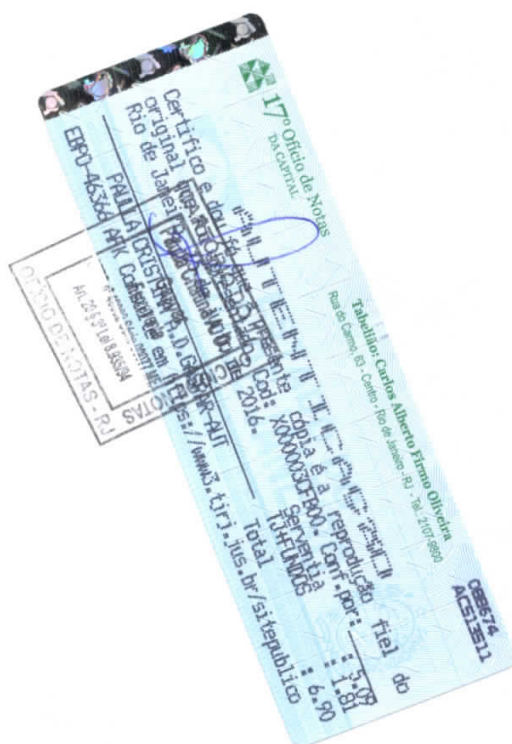

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3







Número do documento: 19091711100803900000023706685

[illegible]

17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para fins de autenticação.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - TOTAL

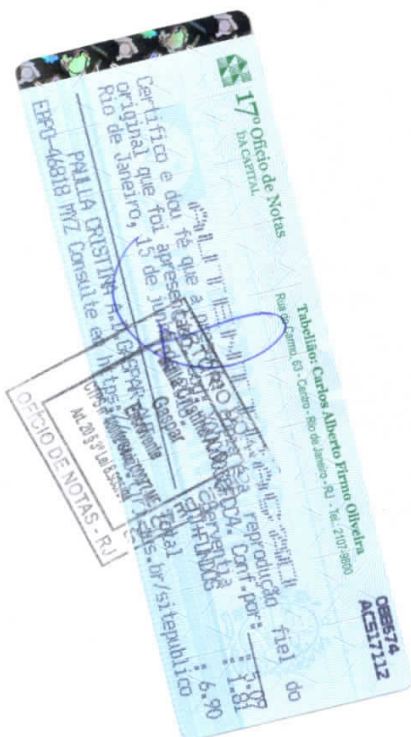
ERQ-46364 FUI CONSULTA EM <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

008674
AC51509

reprodução fiel do
Cont. por: 5.09
: 1.81
: 6.90



Num. 24486886 - Pág. 21





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/09/2019 11:10:08

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091711100828400000023706687>

Número do documento: 19091711100828400000023706687

Num. 24486888 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCACÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/09/2019 11:10:08

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091711100828400000023706687>

Número do documento: 19091711100828400000023706687



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

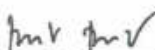
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807

